

# ESTUDOS ELEITORAIS

---

VOLUME 11 – NÚMERO 3  
SETEMBRO/DEZEMBRO 2016  
BRASÍLIA – 2017



**EJE**  
Escola Judiciária Eleitoral  
Tribunal Superior Eleitoral

ESTUDOS ELEITORAIS  
NO MUNDO

**REDEFININDO A DEMOCRACIA: SOBRE  
UM SISTEMA DEMOCRÁTICO  
CONCEBIDO PARA O SÉCULO XXI E  
SOBRE COMO MUDAR  
PERMANENTEMENTE A DEMOCRACIA**

MAX KAYE

NATHAN SPATARO

Traduzido por:

ADISSON LEAL





# REDEFININDO A DEMOCRACIA: SOBRE UM SISTEMA DEMOCRÁTICO CONCEBIDO PARA O SÉCULO XXI E SOBRE COMO MUDAR PERMANENTEMENTE A DEMOCRACIA

## REDEFINING DEMOCRACY: ON A DEMOCRATIC SYSTEM DESIGNED FOR THE 21ST CENTURY, AND DISRUPTING DEMOCRACY FOR GOOD

MAX KAYE<sup>1</sup>

NATHAN SPATARO<sup>2</sup>

Traduzido por ADISSON LEAL<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo discute os desafios encontrados pelos atuais sistemas políticos democráticos e analisa por que esses desafios não podem ser resolvidos com pequenos ajustes. Descreve um novo sistema de democracia chamado *Democracia Direta Baseada em Assuntos* (DDBA), justificando que tal sistema é preferível à democracia representativa e à direta. Explica que, na democracia, a autoridade age como uma restrição ao progresso político, concluindo que o modelo DDBA remove a autoridade do processo decisório, permitindo uma nova era de prosperidade política.

**Palavras-chave:** Democracia. Democracia representativa. Direita. Autoridade. Democracia Direta Baseada em Assuntos.

<sup>1</sup> Desenvolvedor de *software* e consultor em *blockchain*. Formação em Ciências, Matemática e Sistemas de Informação. Cofundador do Flux Party, Austrália.

<sup>2</sup> Formação em Governança, Relações Internacionais e Filosofia. Cofundador do Flux Party, Austrália.

<sup>3</sup> Mestre e doutorando em Direito, assessor-chefe da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público.

## ABSTRACT

It discusses the challenges encountered by current democratic political systems and examines why these challenges cannot be resolved with minor adjustments. It describes a new democracy system called Issue Based Direct Democracy (IBDD), justifying that such a system is preferable to representative and direct democracy. It explains that in democracy authority acts as a restriction on political progress, concluding that the IBDD model removes the authority of the decision-making process, allowing a new era of political prosperity.

**Keywords:** Democracy. Representative democracy. Right. Authority. Issue Based Direct Democracy.

# 1 Introdução

Nos últimos 30 anos, o mundo testemunhou revoluções em quase todos os campos de ação humana. Enquanto nossa espécie prepara sua primeira colônia interplanetária<sup>4</sup> para um futuro próximo, uma das nossas mais vitais instituições, a democracia, tem permanecido inalterada por séculos. Entretanto, o tempo de mudar chegou.

O presente artigo discutirá os desafios encontrados pelos nossos atuais sistemas políticos democráticos e por que tais desafios não podem ser resolvidos com pequenos ajustes. Descreverá um novo sistema de democracia chamado *Democracia Direta Baseada em Assuntos* (DDBA) – do inglês, Issue Based Direct Democracy – IBDD) e justificará por que tal sistema não apenas é preferível à democracia representativa e à direta, mas essencial para a prosperidade continuada da raça humana no presente século e além.

O mais famoso e difundido tipo de democracia é a democracia representativa; entretanto, não foi o primeiro e não será o último. Vale lembrar que as raízes antigas da democracia residem em um sistema bem mais participativo do que os nossos atuais modelos. Atenienses antigos<sup>5</sup> desfrutaram de um nível mais profundo de envolvimento em seu próprio governo do que aquele que nos é assegurado hoje em dia. Essa observação não se pretende como uma acusação à democracia representativa, pois ela serviu aos seus propósitos no passado, mas como uma ilustração de que a democracia pode se manifestar em diversos formatos e dimensões.

Quando a democracia representativa foi inicialmente estabelecida, ela resolveu diversos problemas políticos e práticos. Centenas de milhares de trabalhadores poderiam confiar em apenas um punhado de representantes para defender sua causa em um nível governamental, já que as restrições na comunicação de longa distância e na educação do século XVIII tornavam impossível a participação de todos. Além disso, a sociedade do século XVIII era bem menos especializada do que a de hoje, e os representantes

<sup>4</sup> Cfr. <http://www.spacex.com/mars>.

<sup>5</sup> Ou melhor, homens atenienses detentores de terras.

podiam ser generalistas políticos, participando competentemente de decisões sobre diversos assuntos.

Do século XVIII até meados do século XX, a democracia representativa esteve intimamente associada à vasta melhoria das vidas das pessoas em todo o mundo. Os desafios enfrentados pelos fundadores das democracias representativas, no entanto, não mais afetam as nações mais desenvolvidas. A comunicação de longa distância pode se realizar instantaneamente, e uma sociedade altamente educada e especializada atribui a muitos cidadãos a habilidade de se engajarem significativamente com questões políticas. Mas, acima de tudo, à medida que a sociedade se desenvolveu, a estreita gama de assuntos que preocupava a maioria dos cidadãos se expandiu drasticamente para uma multiplicidade de áreas políticas altamente específicas.

## 2 Problemas com a democracia canônica

A democracia representativa sofre hoje com uma série de desafios endêmicos. Esses desafios são o resultado da própria natureza da democracia representativa e não podem ser resolvidos meramente por freios e contrapesos ou outras pequenas iterações.

O coração dos males da democracia é, claro, a corrupção. Ela é o espaço entre como as coisas são e como a maioria das intuições sustenta que *devam ser*. A corrupção é frequentemente associada a nações em desenvolvimento, mas permeia até mesmo as mais invejadas democracias do mundo. A teoria do seletorado, desenvolvida por Bruce Bueno de Mesquita e outros, fornece um meio de entender esse problema:<sup>6</sup>

A premissa fundamental da teoria do seletorado é que o objetivo principal de um líder é manter-se no poder. Para permanecer no poder, os líderes devem manter sua coalização vencedora. Quando a coalizão vencedora é pequena, como em autocracias, o líder tenderá a usar bens privados para manter a coalizão.

<sup>6</sup> Para mais informações, cfr. *The dictator's handbook e the logic of political survival*.

Quando a coalizão vencedora é grande, como nas democracias, o líder tenderá a usar bens públicos para satisfazer a coalizão.<sup>7</sup>

Líderes usando bens públicos ou introduzindo uma legislação favorável, de modo a manterem-se no poder, são, por definição, corrupção. Por ora, sugerimos que, enquanto representantes forem eleitos para uma posição de autoridade, ou a autoridade existir em qualquer forma<sup>8</sup>, a corrupção irá persistir.

Por observação, podemos notar que a maioria das democracias representativas tende no sentido de sistemas bipartidários, e mesmo sistemas altamente proporcionais formam coalizões semipermanentes, criando efetivamente um sistema de dois partidos. Isso significa que muitos eleitores são necessariamente instados a escolher não o partido que melhor lhes representa, mas o partido que menos lhes deturpam.<sup>9</sup> Sistemas bipartidários são altamente divisores e simplificam demasiadamente o panorama político e mesmo assim prevalecem. Apesar de partidos pequenos não serem incomuns (especialmente na Austrália, onde os autores residem), muitos eleitores consideram que votar nesses partidos é um desperdício, já que dificilmente conseguirão um assento. Uma vez que o equilíbrio de poderes necessário para formar uma maioria frequentemente repousa em pequena parcela do público votante, os eleitores continuam elegendo grandes partidos, muitas vezes apenas para evitar conferir poder à sua oposição política.

A centralização não é exclusividade da democracia representativa. Na verdade, é resultado de uma regra particular que sensibiliza muitas pessoas: uma pessoa, um voto. A intuição democrática tradicional sustenta que um voto deve ser distribuído para cada eleitor e que não deve haver redistribuição: o conjunto de eleitores deve ser *estático*. Contudo, ela ignora que a distribuição de *interesse*

<sup>7</sup> Sumário retirado do Wikipedia. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria\\_do\\_seletorado](https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_seletorado)>. Acesso em: jan. 2017.

<sup>8</sup> Por exemplo, na democracia líquida, um indivíduo delegado com um voto de desempate em determinada proposição está em posição singular de autoridade. Posto de outra maneira, para que aquela proposição seja aprovada, o partido proponente teria que pedir a permissão desse indivíduo delegado.

<sup>9</sup> Talvez melhor expressado pela famosa frase de Winston Churchill: "A democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as outras que foram experimentadas".

em diferentes assuntos não é uniforme. Quando um eleitor não está seriamente interessado em uma questão, ele pode usar o seu voto como alavanca contra aqueles eleitores que estão interessados. Isso leva a um resultado curioso: para ter certeza de que você pode aprovar um projeto de lei em um grupo diferente de eleitores, é preciso formar um bloco grande o suficiente para ser o fator decisivo, seja o projeto aprovado ou não. Se você não está nesse bloco, outra pessoa estará, e ela usará o seu projeto de lei como alavanca para outros projetos nos quais você não tem interesse, forçando você a participar de qualquer maneira. Assim, a estratégia ideal em uma democracia estática<sup>10</sup> é a de se tornar o maior bloco, que lhe confere a melhor chance de ser responsável pela aprovação, ou não, de um projeto de lei. Interessantemente, isso não se aplica apenas à democracia representativa, como também à democracia direta e à líquida.<sup>11</sup> Qualquer sistema que force um conjunto estático de eleitores *produzirá* tais resultados.<sup>12</sup> Não é que esse seja o único caminho para aprovar uma política (se você conseguir convencer todo o conjunto de eleitores a se importar, talvez consiga um resultado diferente<sup>13</sup>), mas certamente é o caminho de menor resistência. Isso é verdade porque um bloco formado dessa maneira irá persistir, enquanto a educação em relação a um assunto evapora (politicamente) uma vez que tal questão tenha sido resolvida. A raiz desse problema de centralização é, no entanto, mais profunda.

Em nível fundamental, enterrado sob o *poder ser* e o *dever ser*, trata-se de questão compartilhada por todas as democracias. Está no seu coração e é instrumental para a compreensão do modo de construir uma democracia melhor, uma democracia à prova de futuro. Isso se esconde por trás de frases como “a vontade do povo”, por trás de cada eleição, cada sistema eleitoral. A simples ideia de mensurar a preferência pública sem discriminação implica a seguinte questão: quem deve governar?

<sup>10</sup> Aqui, *estático* se refere à falta de redistribuição de votos, o que significa dizer que cada assunto (dentro de um curto período de tempo) tem um conjunto idêntico de eleitores.

<sup>11</sup> Democracia líquida, também conhecida como democracia delegativa, é essencialmente uma democracia em que os eleitores, em vez de votarem, podem eleger um delegado para agir em seus nomes. Delegados também podem eleger um delegado.

<sup>12</sup> É de se destacar que isso não ocorre quando cada eleitor tem interesse em todos os assuntos, como pode acontecer em uma pequena cidade ou talvez mesmo na Atenas Antiga. No entanto, isso dificilmente ocorre, se é que ocorre, no caso de alguma política nacional.

<sup>13</sup> Talvez como em um importante referendo nacional.

O problema dessa questão, da ideia de escolher nossos governantes, é que a autoridade está incluída. A questão “quem deve governar?” é essencialmente igual a “quem (ou o que) é a fonte de autoridade da boa política?”. Em uma democracia representativa, nós escolhemos os nossos governantes; na democracia direta e líquida nós escolhemos a política, mas o povo é tratado como a autoridade sobre o que é a boa política (independentemente de ela ser boa ou não para ele). Para ilustrar exatamente por que essa questão é tão venenosa, precisamos fazer um desvio para a filosofia da ciência:

O progresso que é tanto suficientemente rápido para ser notado quanto suficientemente estável para continuar ao longo de muitas gerações foi alcançado apenas uma vez na história da nossa espécie. Ele começou aproximadamente com a revolução científica e ainda está em curso. Incluiu melhorias não apenas na compreensão científica, mas também na tecnologia, nas instituições políticas, nos valores morais, na arte, e em todos os aspectos do bem-estar humano.<sup>14</sup>

A revolução científica trouxe consigo um *Zeitgeist* (“espírito da época”) profundamente antiautoritário e é possivelmente a principal razão pela qual conseguimos nos libertar de séculos de estagnação<sup>15</sup>; foi uma rebelião intelectual e o começo de uma tradição de criticismo. Particularmente, cientistas pararam de indagar “qual é a fonte de autoridade do conhecimento?” e começaram a tomar parte em um ciclo de conjectura e criticismo que permitiu criar, testar e debater boas explicações, assim como, eventualmente, adotá-las como cânone científico – até que fossem substituídas por ideias melhores.

A verdade é: não existe uma fonte de autoridade do conhecimento.<sup>16</sup> Essa é uma verdade universal. Se não reconhecermos isso na política

<sup>14</sup> Linhas iniciais de: DEUTSCH, David. *The beginning of infinity: explanations that transform the world*. 2011.

<sup>15</sup> Não significa que tenhamos sido totalmente desprovidos de progresso, mas, sim, que isso ocorria com tão pouca frequência que era quase impossível observá-lo ao longo de uma vida.

<sup>16</sup> Existem algumas boas razões para isso, dispostas em *The beginning of infinity*, que, no entanto, não serão aqui detalhadas. Destaque-se uma simples contradição: se houvesse tal autoridade, inicialmente ela teria que estar apta a explicar de que modo o era, e isso teria que estar correto por outro motivo que não “a autoridade o disse” e, portanto, nossa fonte hipotética de todo o conhecimento e sabedoria teria que depender de algo diverso de si mesmo; uma contradição.

e na teoria política em um nível fundamental, estaremos condenados a nunca atingir o nosso potencial democrático. Assim, tratar o povo como a autoridade final é cometer o mesmo erro de afirmar que qualquer coisa é uma autoridade final, incluindo os ditadores, os monarcas e o jogar de uma moeda para o alto.<sup>17</sup>

Portanto, a tarefa de redefinir a democracia requer que se lide com esse problema da autoridade. Até agora, nenhum sistema de democracia atingiu isso.<sup>18</sup> Esse é o motivo pelo qual nenhuma pequena mudança pode melhorar radicalmente<sup>19</sup> as democracias atuais: a autoridade é parte fundamental desses sistemas.

### 3 A Democracia Direta Baseada em Assuntos (DDBA)

A Democracia Direta Baseada em Assuntos (DDBA) é um sistema que foi concebido tendo esses desafios em mente. Ela não realiza uma abordagem fundamentalista da fundação da democracia. Em vez disso, aplica pragmatismo aos nossos problemas atuais. Existem três componentes-chave do sistema, sendo o terceiro uma exclusividade da DDBA. Originariamente, ela não tem nada parecido com uma legislatura (em vez disso, todos os eleitores têm a oportunidade de votar em todos os assuntos), mas pode ser sobreposta a uma legislatura existente, usando representantes como procuradores.<sup>20</sup>

O primeiro aspecto é retirado da democracia direta: para cada assunto, um voto é distribuído para cada eleitor. Esse não é um conceito novo e é tão antigo quanto a própria democracia. Democracias diretas fundamentalistas sustentam que tal aspecto é sagrado e que é primordial que não haja reorganização do poder. Ao

<sup>17</sup> A qualidade das decisões pode variar, mas o erro é o mesmo.

<sup>18</sup> Provavelmente o voto quadrático se aproximou, mas com alguns problemas.

<sup>19</sup> Pequenas melhorias podem ser feitas, mas sem superar a questão “quem deve governar?”, não é possível empreender nenhuma viragem.

<sup>20</sup> O movimento político Flux (fundado pelos autores) usa esse método. Diversas divisões do partido estão sendo formadas ao redor do mundo com o objetivo de ganhar assentos em legislaturas, em que os representantes atuarão como procuradores para uma sobreposição da DDBA.

mesmo tempo em que é importante empoderar todos os eleitores com acesso direto ao processo decisório, isso não é suficiente para produzir bons resultados políticos e, por essa razão, a DDBA dá muitos passos além. A democracia direta fundamentalista pode ser apropriada para grupos pequenos e alinhados, mas é insuficiente para sociedades grandes e complexas. A prosperidade está intrinsecamente ligada à especialização, e o alto grau de especialização da sociedade demanda um sistema mais detalhado. Particularmente, demanda um sistema capaz de fazer o melhor uso do conhecimento disponível detido pelos eleitores.<sup>21</sup>

O segundo aspecto da DDBA é a delegação do voto. Similarmente à democracia líquida (DL), ela se presta a reduzir o custo de trabalho humano requerido pela participação e a permitir que algumas pessoas se especializem em determinadas áreas da política. A vantagem aqui é que todo eleitor poderá encontrar um delegado com visões semelhantes às dele.

Infelizmente, o recurso à delegação não impede a formação de blocos<sup>22</sup> e não tende para a boa política.

É importante notar que a DDBA não é um sistema que nega a importância da liderança nas sociedades humanas, mas a abrange. A DDBA permite que líderes sejam testados de forma que os melhores são continuamente conduzidos ao topo, enquanto líderes fracos são rapidamente removidos.<sup>23</sup> Interessantemente, começamos a escolher líderes baseados em um critério diferente. Atualmente, representantes são frequentemente escolhidos por características como carisma, tenacidade e por suas promessas. Na medida em que os desafios enfrentados por líderes em uma democracia representativa não estão presentes na DDBA, eles podem ser escolhidos em razão de um critério bem mais significativo: sua habilidade de criar boa política.

<sup>21</sup> Alguns podem se referir a esse tipo de coisa como *máquina da verdade*.

<sup>22</sup> Alguns podem sugerir que introduzir categorias de legislação pode ajudar nesse aspecto, mas isso introduz autoridade em um modo diferente.

<sup>23</sup> A capacidade de remover maus líderes sem violência não é exclusiva da DDBA, mas ela certamente a reforça. Karl Popper argumentou que essa capacidade tem permitido que as democracias progridam e permaneçam estáveis apesar da autoridade detida pelo governo.

O terceiro e mais significativo aspecto da DDBA é a capacidade dos participantes de reorganizarem o poder político por intermédio da troca de votos. No âmbito da DDBA, um eleitor pode abdicar do seu voto em um determinado assunto. Em troca, ele recebe um número variável de códigos de liquidação (CLs), que pode usar para obter algum número de votos em uma outra questão. O número exato de CLs depende da oferta e da demanda.<sup>24</sup> Essa realocação é feita automaticamente e o eleitor não se envolve com a determinação de quem irá obter o seu voto, o que é importante para uma reorganização ideal. Se os eleitores pudessem escolher cada destinatário, isso resultaria na formação de múltiplos grupos, que se tornariam essencialmente novos partidos políticos.

A característica da troca de voto é a mágica por trás da DDBA, e esse método de redistribuição do poder político tem numerosas vantagens. Votos em assuntos altamente contenciosos são mais “caros” de se obter do que em assuntos menos contenciosos,<sup>25</sup> encorajando eleitores apáticos (em relação a determinado assunto) a não participarem nessa questão. Isso também viabiliza a aprovação de pequenas melhorias iterativas da legislação com pouco debate ou fanfarra. Afinal, para debater minúcias na DDBA, é preciso colocar o seu dinheiro (ou códigos de liquidação) no lugar da sua boca.

É importante notar que a DDBA não apoia ou tolera a troca de CLs por dinheiro. Um dos motivos que tornam a DDBA apta a reorganizar o poder eficientemente é que a sua economia é apartada do resto do mundo. Ao controlar as condições iniciais do mercado de votos da DDBA, podemos garantir que elas permaneçam isoladas de influências externas, como empresas<sup>26</sup>, os super-ricos e oligarcas.

Como dito anteriormente, à medida que nossas sociedades se tornam mais prósperas e produtivas, elas se tornam mais especializadas. Esse alto grau de especialização faz com que,

<sup>24</sup> Na DDBA, tanto os votos quanto as CLs são plenamente divisíveis, então, é improvável que dois votos tenham o mesmo valor (designado em CLs).

<sup>25</sup> A relação baseada em oferta e demanda permite-nos herdar as propriedades econômicas do custo de oportunidade e da vantagem comparativa, dois mecanismos muito importantes que permitem que os recursos (neste caso, o poder político) se movam eficiente e significativamente no mercado.

<sup>26</sup> Isto é, elas *podem* participar do processo de *redação* da legislação.

em matéria de política, assim como na ciência, na indústria e em outras áreas da sociedade, não podemos ser especialistas em tudo. Devemos necessariamente aceitar que alguns de nós são mais preparados para tomar decisões do que outros, mas ninguém é o melhor na tomada de toda decisão. Ao invés de negar essa realidade, a DDBA a acolhe. A troca de votos permite que a melhor e mais brilhante pessoa de uma sociedade em determinado campo sobressaia na orientação de uma política e na tomada de decisão, sem a imensa barreira de ingresso atualmente encontrada na democracia representativa. Isso é possível porque a DDBA tende para a boa política, como trataremos mais à frente.

Outra consequência do mercado de votos é que cada voto tem que ser dado de forma séria. Tendo cada voto um valor político genérico,<sup>27</sup> é sempre do interesse do eleitor reorganizar o poder pessoal de modo a corresponder à sua experiência política. Se todo participante tivesse que votar em todo assunto, aqueles visivelmente pouco significativos poderiam ser abordados frivolamente,<sup>28</sup> ou pior, poderiam se tornar alavancas para outros eleitores. Atribuir a assuntos de menor preocupação valor transferível encoraja os eleitores a votar seriamente ou a desistir do seu voto. Assim, se um eleitor não vota seriamente, ele enfraquece a própria habilidade de influenciar uma mudança.

O mercado de votos também amplia o significado de participação política. A observância de alguma forma de democracia participativa não precede necessariamente o envolvimento público em massa. A DDBA permite que eleitores mantenham suas atenções (por intermédio da redistribuição do poder político) em questões importantes para si, para suas famílias e comunidades. Isso tem o potencial de aumentar sobremaneira o índice de participação, na medida em que um eleitor está mais apto a influenciar decisões relevantes para ele. Uma participação pública adequada é desejável, desde que cada membro da sociedade tenha um conjunto específico

<sup>27</sup> Na verdade, todas as democracias fazem isso, mas a reorganização só é possível por intermédio de grandes blocos, então, em outras democracias, trata-se de uma força centralizadora. Na DDBA, trata-se de uma força descentralizadora.

<sup>28</sup> Questão por vezes referida como o problema *Boaty McBoatface*. Cfr. <<http://www.bbc.com/news/uk-36225652>>.

de experiências, habilidades e conhecimento que será valioso de alguma maneira.

A DDBA baseia-se na filosofia da falibilidade e sustenta que todas as melhores explicações sobre o mundo podem estar erradas; nenhum tópico é sagrado. Ao permitir que todos os eleitores proponham uma nova legislação<sup>29</sup> e escolham o que eles criticam (votando contrariamente), a DDBA consagra um ciclo constante de conjectura e crítica. Nesse sentido, a DDBA oferece poucos entraves à propositura, ao teste e à avaliação de novas políticas e explicações. O processo de testar e então corrigir os erros é central para a ciência, para a indústria e mesmo para o processo de evolução do qual, no final das contas, derivamos. Nesse sentido, a DDBA pode ser pensada como facilitadora de uma “seleção natural” de ideias políticas:<sup>30</sup> aquelas que são boas para a sociedade podem ter êxito com poucos entraves para tanto, enquanto aquelas que não são podem ser rapidamente descartadas.

A habilidade de criticar facilmente a legislação, de propor novas opções e de assumir tais opções seriamente é a característica-chave que permite que a DDBA tenda para a boa política, ao contrário de outras democracias.

## 4 Seguindo em frente

Independentemente de para onde você olhe, existe um sentimento crescente de que a democracia está fracassando. Os índices de aprovação são os menores de todos os tempos<sup>31</sup>, e o percentual de pessoas que pensam ser importante viver em uma democracia tem decrescido no mundo ocidental por décadas.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> Os eleitores não podem propor uma nova legislação arbitrariamente. Propõe-se que apenas determinado número de assuntos (a serem votados) possa ser criado por semana e que as “vagas” para propostas devam ser leiloadas por CLs. Isso evita *spam* e garante que a propositura legislativa traga consigo algum custo de oportunidade.

<sup>30</sup> Ao contrário da evolução, a DDBA extrai novas ideias da criatividade humana, no lugar da mutação aleatória.

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://www.gallup.com/poll/189848/no-improvement-congress-approval.aspx>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2016/11/29/world/americas/western-liberal-democracy.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Existe uma característica importante que nenhuma democracia tem e que hipoteticamente consideramos ser a chave para uma nova era de prosperidade política: a capacidade de as democracias se aperfeiçoarem mais facilmente. Dito de outra forma, nós nos enterramos em um buraco e, sem a cooperação de um grande percentual<sup>33</sup> de eleitores, não teremos condições de nos desenterrar.

Sem a habilidade de incrementar a estrutura das nossas democracias – os sistemas em si –, estaremos destinados a sofrer os mesmos problemas. Por essa razão, a DDBA é tão especial: ela está apta a se incrementar com bem menos do que uma maioria absoluta. No passado, escolhemos o caminho conservador: emendas constitucionais exigiam referendos<sup>34</sup> ou grande consenso.<sup>35</sup> Isso funcionou bem durante tempos de incerteza, de rápida industrialização, de colonização expansionista e de uma população largamente operária. No entanto, esses tempos se foram. Se quisermos resistir às tempestades vindouras, precisaremos de algo melhor do que a democracia representativa.

Tal como ocorre com todas as boas explicações não testadas, podemos resumir o exposto como uma hipótese. Se estivermos corretos, será incrivelmente significativo porque as potenciais vantagens não têm limites. Se a nossa explicação proceder, então a DDBA nos conduzirá a uma era de prosperidade política como nunca se viu. Veremos um incremento exponencial da qualidade, alcance<sup>36</sup> e poder<sup>37</sup> do processo político. Veremos também na governança os tipos de melhorias com os quais crescemos acostumados na ciência e na tecnologia. Os nossos sistemas legais não mais ficarão para trás das outras áreas do empreendimento humano e finalmente terão o potencial de liderá-las. Teremos finalmente uma revolução política na escala e na relevância da revolução científica dos últimos séculos.

<sup>33</sup> É possível que, em um sistema bipartidário pluralista, um terceiro partido assuma o governo com 33% do voto popular, como também é teoricamente possível com 25% ou menos (ocupar 50% dos assentos com 50% dos votos). Realisticamente, isso provavelmente demandaria a coordenação de mais de 33% da população e 50% em um sistema proporcional.

<sup>34</sup> Pelo menos na Austrália.

<sup>35</sup> Os Estados Unidos exigem uma supermaioria de 2/3 no Congresso e no Senado, assim como de 3/4 de todas as legislaturas estaduais para aprovar uma emenda.

<sup>36</sup> Nesse caso, “alcance” é um termo específico que significa a capacidade de representar coisas para além daquilo a que foi destinado.

<sup>37</sup> No sentido de força para uma mudança justa.

## 5 Conclusão

O futuro da democracia não tem que ser obscuro. Sabemos que todos os atuais sistemas democráticos compartilham de uma falha fatal: eles respondem à pergunta autoritária “quem deve governar?”. Isso está incorporado ao seu núcleo e, se não repensarmos radicalmente o modo como interagimos com a democracia, não conseguiremos superar essas questões.

A Democracia Direta Baseada em Assuntos é um feixe de esperança neste tempo obscuro. Ela rompe com a barreira autoritária à qual outros sistemas aderem e está apta a isso em virtude do modo com que consagra ciclos de conjectura e crítica. Ao permitirmos que a reorganização do poder político reflita o conhecimento detido pela sociedade, possibilitamos uma opção política bem mais produtiva e próspera. Contanto que proporções significativas da sociedade endossem essa mudança, poderemos superar as democracias estáticas, concebidas para impedir autmelhorias.

A única maneira de evitar a destruição da raça humana é a criação ilimitada de novos conhecimentos. Sem consagrar isso em nosso sistema político, não teremos esperanças de superar e gerir os desafios que o futuro da humanidade reserva. A Democracia Direta Baseada em Assuntos foi concebida não apenas para consagrar esse valor, mas também para permitir que seja melhorada de forma muito mais fácil do que os sistemas que lhe precedem, permitindo o início de uma era de prosperidade política e, com isso, o florescimento da sociedade humana.

## 6 Apêndice – Democracias e apoiadores-chave

Para justificar por que o sistema descrito não apenas é preferível, mas necessário para o futuro das sociedades democráticas, vejamos o motivo pelo qual as democracias são estáveis. Voltemos à teoria do seletorado. A coalizão vencedora pode ser pensada como chaves do líder para o poder.<sup>38</sup> Essas são os apoiadores, que ocupam

<sup>38</sup> Expressão emprestada do excelente sumário de 20 minutos do *The dictator's handbook*, feito pelo canal CGP Grey no YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rStL7niR7gs>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

posições que os governantes necessitam para manter a sua posição de liderança. Em democracias, tais chaves são diversas e assumem a forma de dados demográficos, de números relevantes da indústria e de outros políticos. A razão pela qual democracias normalmente são mais prósperas não reside no fato de serem democracias. Pelo contrário; primeiro a sociedade se torna relativamente próspera e, por sua vez, o número de chaves para o poder aumenta. Para manter o poder, os líderes precisam satisfazer mais chaves – algo que se torna progressivamente difícil em uma ditadura. Quanto mais chaves para o poder tenham que ser satisfeitas, mais complexo se torna o trabalho do governante. Ditadores precisam apoiar um número pequeno de chaves, pois usam violência e riqueza roubada para manter o controle dos cidadãos e da receita. Democracias alavancam a produtividade de suas populações para apoiar suas chaves<sup>39</sup>, e, assim, o bem-estar dos seus cidadãos é fundamental para a capacidade de seus líderes de satisfazerem as chaves do governante. À medida que os ditadores passam a contar menos com recursos naturais como ouro e petróleo (pois os consomem), têm que começar a alavancar a sua população, e assim começa o longo percurso para as ditaduras instáveis e, eventualmente, para a democracia.

Se aplicarmos essa teoria para as mais produtivas democracias representativas, podemos novamente observar que o excesso de chaves pode levar à instabilidade. A eleição presidencial dos Estados Unidos de 2016 não é um mau exemplo disso. Em uma nova era em que há muitas chaves para o poder a serem satisfeitas pelo governante, o que ocorre?

Talvez seja nesse caso que novos sistemas de democracia tenham aptidão para satisfazer mais grupos na sociedade e, fazendo-o, podem ser estáveis em situações em que a democracia canônica não o é. Acreditamos que a DDBA detém essa propriedade, embora ainda permaneça não testada. Em vez disso, podemos propor a seguinte hipótese: o sistema democrático que eventualmente irá prevalecer será aquele que esteja apto a satisfazer o maior número de apoiadores-chave.

<sup>39</sup> Se um governante tentar realizar um controle violento, poderá deteriorar a produtividade que pretende alavancar e destruir a sua habilidade de satisfazer suas chaves.

## 7 Apêndice – O Movimento Flux

O Movimento Flux foi fundado na Austrália pelos autores Max Kaye e Nathan Spataro, em abril de 2015, e o registro do primeiro partido político Flux ocorreu em março de 2016. O propósito do movimento é promover o melhor sistema democrático disponível (que atualmente cremos ser a DDBA) em todos os níveis do governo, globalmente.

A estratégia primária do movimento é usar democracias representativas existentes como plataformas nas quais a DDBA possa se integrar. Isso é feito primeiramente pelo estabelecimento de partidos políticos e, em seguida, pela apresentação de candidatos em eleições comuns. Candidatos Flux eleitos votam alinhados com o resultado produzido pelo sistema Flux em todos os assuntos, agindo como procuradores para o sistema da DDBA. Além de apresentar candidatos em eleições, o movimento espera persuadir políticos que detenham atualmente um mandato eletivo em parlamentos e congressos a promover a causa do Flux e a se comprometerem a usar a DDBA durante seus mandatos.

Atualmente, o movimento tem divisões na Austrália<sup>40</sup> e no Brasil<sup>41</sup> e está preparando o início de suas atividades nos Estados Unidos da América, na Nova Zelândia, na Irlanda e na Alemanha, em 2017.

---

<sup>40</sup> Flux Australia. Disponível em: <<https://voteflux.org>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

<sup>41</sup> Flux Brazil. Disponível em: <<http://voteflux.com.br>>. Acesso em: 10 jan. 2017.